

Conclusão

Osmar Moreira dos Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, O.M. Conclusão. In: *A luta desarmada dos subalternos* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, pp. 171-174. ISBN 978-85-423-0290-5. Available from: doi: [10.7476/9788542302905.0006](https://doi.org/10.7476/9788542302905.0006). Also available in epub from: <http://books.scielo.org/id/dty2b/epub/santos-9788542302905.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONCLUSÃO

“A história não se muda com lágrimas.” Essa frase, do filme *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha, dá o tom da experiência trágica que vivíamos no final dos anos de 1960, auge da Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos, e que se arrasta até a Queda do Muro de Berlim (1989) e a Derrocada do Bloco Soviético (1991). Para além dos milhões de mortos, em consequência dos conflitos de guerras, mundiais e regionais, e de pós-guerra, pairava a ameaça sobre a vida humana na terra, caso os arsenais nucleares, das potências em questão, fossem detonados.

Uma das relações de força que subjaz a esses conflitos ou a essa experiência trágica pode ser definida ou caracterizada pela noção de “luta de classes”. Se Marx não tivesse descoberto que, ao longo da história da humanidade, há classes que vão se formando por seu poderio econômico, militar, científico e religioso e, por conta desse poderio, vão dominando outras classes menos poderosas, e que essas classes menos poderosas poderiam ter seu ponto de partida revolucionário com a união de todos os trabalhadores

explorados, não fosse essa descoberta, ou seja, essa relação de força dialética e contraditória de uma classe (detentora dos modos de produção), que procura escravizar, alienar e separar a outra daquilo que ela pode (apropriar-se da matéria-prima, das máquinas e das fábricas, bem como da racionalidade política do Estado), não teria emergido uma epistemologia articulada a uma multiplicidade de programas e organizações políticas revolucionárias voltadas à demolição do capital e suas instituições, ao longo de mais um século.

O sentido de luta desarmada dos subalternos, aqui, evoca, necessária e simbolicamente, três grandes períodos, a saber: 1848-1989/1991, mais ou menos 150 anos da primeira publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, por Marx e Engels; 1871-1989/1991, mais ou menos 120 anos da eclosão da Comuna de Paris, liderada e pensada pelos anarquistas; 1500-1991, faltando mais ou menos 10 anos para a celebração dos 500 anos de Brasil. O primeiro período supõe a existência de partidos comunistas ao redor do mundo, bem como a existência de sindicatos onde quer que haja uma fábrica, uma empresa, uma rede de comércio ou um parlamento pelo qual se possa disputar o poder em sua forma legislativa, executiva e judiciária. O segundo período supõe a existência de organizações contra a burguesia e suas instituições, bem como uma crítica radical das formas de organização marxistas, por entender que estas, por princípio, sucumbem à forma do Estado e sua racionalidade “transbordante de cérebros”.

O terceiro período supõe uma ausência – a sociedade contra o Estado – que tomou forma na interpretação do Brasil, mas que constitui uma virtualidade capaz de reunir o marxismo e o anarquismo como uma expressão política do povo pobre e subalterno.

Dito isso, e de um ponto de vista da civilização brasileira, marxismo não se opõe ao anarquismo, e vice-versa; nem as sociedades contra o Estado, que estão na base do pensamento e prática política dos povos indígenas, devem ser consideradas como atrasadas, conforme as prescrições do etapismo stalinista. Sendo assim, um roteiro para se pensar e praticar um anartivismo estético-político envolveria uma equação com os seguintes termos: onde há uma dobra ou um tentáculo do capital e seu pacote fetichista (o Estado, a religião, o simulacro), há também, e numa relação de força, uma pergunta do marxismo (quem produz a riqueza material existente, além da natureza e da classe trabalhadora, e a quem essa riqueza deve retornar, na forma de justiça simbólica e social), um desordenamento anarquista para melhor se vislumbrarem e esvaziarem as formas de poder reativas e, como contribuição radicalmente brasileira, uma comunidade de homens, mulheres e crianças livres pactuada com a natureza e senhora de um tempo “caiológico”, entre o presentismo do mundo globalizado e o etapismo stalinista e seus similares.

Com a Queda do Muro de Berlim e a Derrocada do Bloco Soviético, os Estados Unidos, na liderança da chamada Nova Ordem Mundial, reinam quase absolutos, mas tendo

como consequência disso o conformismo avassalador e reativo e o terrorismo, com seus homens-bomba, agindo em diferentes lugares e situações, como se fossem novos sindicalistas. Assim a construção de uma epistemologia dedicada à luta desarmada, e envolvendo essa multidão sem nome, nem rosto, pode, outra vez, abrir condições para um devir político e *poiético* da humanidade.

A luta desarmada dos subalternos pode ser lido a partir de qualquer um de seus tópicos, e sob as mais diferentes combinações, visando não apenas a uma reflexão sobre a possibilidade de uma política de desarmamento das grandes potências, mas, principalmente, a um empoderamento do leitor como um anartivista capaz tanto de dar forma às situações de perigo por que passa sua vida cotidiana quanto de imprimir seu estilo como se vivesse numa sociedade contra o Estado, mas com uma caixa de ferramentas anarcomarxistas.